

DSC
Advogados



AO: CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM

A/C: CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

369/2005/002/2006
Leursee
PRD

Proc. Administrativo COPAM/PA/Nº 00369/2005/001/2005

Auto de Infração 270/2006

Autuada: **MINAS E GERAIS RECAUCHUTAGEM LTDA**

O empreendimento **MINAS E GERAIS RECAUCHUTAGEM LTDA**, inscrito no CNPJ nº 01.785.045/0001-81, com sede na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 5005 – A, Bairro Caladinho de Cima, na cidade de Coronel Fabriciano – MG, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, via de sua advogada e bastante procuradora que esta subscreve, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO DA PENALIDADE APLICADA, por, *data máxima vênica*, não se conformar com a r. decisão do Vice Presidente da FEAM, que examinou o processo administrativo em epígrafe e decidiu manter a penalidade de multa, no valor de R\$ 15.001,00 (quinze mil e um reais) ao empreendimento, diante dos motivos de fato e de direito que a seguir passa a expor:

Rua Getúlio Vargas, nº 333-B, Centro – Santana do Paraíso – MG
Fone: (33) 3251-6127 Regional Copam 01/04/2008 14:06 - R036190/2008

D

NAI

DA REGULARIDADE E TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O Vice Presidente da FEAM examinou o recurso sucintamente apresentado pelo empreendimento e mediante julgamento realizado em 07/02/08 e **enviado dia 07/03/2008 e recebido dia 10/03/2008**, rejeitou os argumentos da defesa, conforme ofício 86/2008.

Conforme prevê o Decreto 44.316/2006, item XIII, do artigo 4º:

“Compete ao COPAM: decidir, em grau de recurso, como última instância administrativa, sobre as penalidades aplicadas por infração à legislação ambiental.”

Por sua vez, o Decreto 44.309/2006 no seu art. 44 dispõe que:

“Da decisão a que se refere o art. 42 cabe recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação a que se refere o art. 43, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao COPAM, ao CERH ou ao Conselho de Administração do IEF, conforme o caso.

§ 2º O recurso da decisão proferida pelo Presidente da FEAM será dirigido às Câmaras Especializadas do COPAM, conforme suas competências.”

Assim, sendo tempestivo o presente recurso, com Pedido de Reconsideração, deve ser apreciado pela Câmara Normativa e Recursal do COPAM, independentemente de depósito ou caução.

DOS FATOS

A empresa em epígrafe, mediante o auto de infração nº 270/2006, referente ao Processo 00369/2005/001/2005, foi multada no valor de R\$ 15.001,00 (quinze

mil e um reais), por ter cometido a seguinte infração gravíssima, descrita no inciso VIII, do artigo 87, do Decreto nº 44.309/2006:

“prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou SEMAD e suas atividades vinculadas.”

Isto porque, na **vistoria realizada em 16/11/2006** às instalações da referida empresa, o servidor Romualdo Ramos Ribeiro, questionou o empreendedor sobre a existência de poço artesiano ou semi-artesiano e este afirmou que sim, prontamente indicando o local da cisterna.

Ocorre que, como a referida cisterna estava, desativada, pois apresentava problema de vazão, há muitos anos, o empreendedor preencheu seu Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCEI, **na data de 16/03/2005**, no item 4, que refere-se ao uso de Recurso Hídrico da seguinte forma:

“O funcionamento desse empreendimento dispensa o uso ou intervenção de recurso hídrico? (X) NÃO

O recurso hídrico utilizado é/será exclusivamente de concessionária local? (X) SIM

O uso é insignificante? (X) NÃO.”

Ora, o preenchimento do FCEI, foi realizado da forma acima transcrita porque o empreendimento, apesar de ter um poço semi-artesiano, ou seja, uma cisterna, não fazia uso dele.

A atividade exercida não necessita de grande volume de água e por isso usava recurso hídrico exclusivamente da concessionária local, bem como, não tinha intenção de fazer uso da cisterna local, conforme se demonstra pelas cópias das notas fiscais de fatura de serviços da Companhia de Saneamento de Minas Geras – COPASA.

Acaso a empresa fizesse uso do poço semi-artesiano que existe na sua sede, com certeza, não pagaria os valores apresentados pelo uso da água distribuída pela COPASA. Conforme se demonstra, o empreendimento, efetivamente faz uso de recurso hídrico exclusivamente da concessionária local, em especial, na época do preenchimento da FCEI.

Porém, este não foi o entendimento do servidor Romualdo Carlos Ribeiro. Apesar de constatar na vistoria *in loco* que o empreendimento estava regular e não causa nenhum tipo de dano ambiental, interpretou que o preenchimento do FCEI estava incorreto.

Salienta-se que, **entre a data do preenchimento da FCEI e a vistoria, decorreram 01 (um) ano e 8 (oito) meses.**

DA ATIPICIDADE DA CONDUTA

Pelo simples fato de possuir, o empreendimento, um poço semi-artesiano, não incorreu em infração gravíssima, prestando informação falsa ao declarar no FCEI que somente utilizava recurso hídrico da concessionária local.

Não existe nenhuma prova de que o empreendedor prestou informação falsa ao COPAM ou SEMAD. O preenchimento do FCEI foi correto, com todas as declarações verdadeiras, pois na época dos fatos, o empreendedor apenas utilizava recurso hídrico da concessionária local.

Não é possível a utilização de meras presunções para se aplicar qualquer penalidade ao empreendimento, principalmente quando se trata de infração grave ou gravíssima, que implica multa pecuniária de valor elevado.

No caso em tela, não há nada que demonstre serem falsas as informações prestadas no FCEI pelo empreendimento, ao contrário, as contas de água apresentadas demonstram que as declarações são verdadeiras.

Sendo assim, por não haver subsunção do fato à conduta descrita no art. 87, inciso VIII, do Decreto nº 44.309/2006, não há que se falar em infração.

O fato é atípico, não ensejando qualquer tipo de penalidade administrativa por inexistir infração às normas ambientais.

DA AUSÊNCIA DO TCA

Não foi permitido que a autuada firmasse termo de Ajustamento de Conduta visando a redução da multa em cinquenta por cento, ou até mesmo a isenção total do pagamento da mesma.

Por outro lado, não há que se falar em dano ambiental, apenas uma suposta irregularidade, puramente burocrática e que poderia ser facilmente sanada.

A empresa deveria ter sido apenas advertida e não com multa, de acordo com o Decreto 44.309/2006. O agente autuante deveria ter levado em consideração a ordem estabelecida pela lei para aplicação de penalidade, já que a advertência precede à multa.

No mais, a empresa não poderia ter sido autuada, porque na data do Julgamento do Auto de Infração já havia inclusive requerido a outorga do poço semi-artesiano localizado em sua sede.

Conforme os documentos em anexo se verifica que a empresa, dias após a referida vistoria, na data de 15/12/2006 preencheu o Formulário de Orientação Básica, e após todo o tramite legal, obteve **Certidão de Registro de Uso da Água**, junto ao IGAM.

DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PENALIDADE

Subsidiariamente, se este não for o entendimento de Vossas Senhorias, o que se admite apenas por amor ao debate, tem-se que a penalidade aplicada deve ser desclassificada para a disposta no art. 86, inciso V, do Decreto 44.309/2006:

“sonegar dados ou informações solicitadas pelo COPAM, por URC, por Câmara Especializada, pela SEMAD ou suas entidades vinculadas;”

Isto porque, a conduta praticada pela empresa autuada não configura o fato disposto no art. 87, inciso VIII, do Decreto 44.309/2006. Poderia sim, em tese, está configurada no art. 86, inciso V, do referido Decreto.

Como se demonstrou anteriormente a empresa em momento algum prestou informação falsa ao órgão ambiental. No máximo, pode-se dizer que não informou ao órgão que na sua sede existia um poço semi-artesiano.

Dessa forma, a penalidade aplicada deve ser desclassificada de gravíssima para grave, com todas as consequências legais daí decorrente.

Contudo, nesse caso, se faz necessário considerar a Deliberação Normativa do COPAM de nº. 61, onde se estabelece que infrações como a ora discutida, se não importar em danos ambientais efetivos ao meio ambiente, serão passíveis de advertência, e não de multa simples.

“quando as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1, 2 e 3 do parágrafo 2º do art. 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998, não importarem em danos efetivos ao meio ambiente, serão passíveis de advertência.”

Cumprе informar, que o Decreto 39.424/1998 foi revogado pelo Decreto 44.309/2006, e o art. 86, inciso V, deste substituiu o art. 19, parágrafo 2º, 3, daquele; nos mesmos termos.

DA MULTA

O valor da multa é astronômico e extorsivo e, por isso tem caráter confiscatório.

A empresa em questão está na Classe 1, do art. 5º, inciso I, a, do Decreto 44.309/2006, trata-se de pequena empresa, com pequeno potencial poluidor ou degradador, que possui poucos funcionários e baixa rentabilidade mensal.

A obrigação de pagar a referida multa, no valor arbitrado, pode chegar a inviabilizar a própria atividade.

No mais, o valor da multa deve ser atualizado de acordo com o art. 69 do Decreto 44.309/2006, levando-se em consideração as circunstâncias atenuantes, como:

“c) a menor gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;

d) tratar-se o infrator de entidade sem fins lucrativos, micro-empresa, micro-produtor rural ou unidade produtiva em regime de agricultura familiar, mediante apresentação de documentos comprobatórios atualizados emitidos pelo órgão competente, ou ainda tratar-se de infrator com baixo nível socioeconômico, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;”

Em conformidade com o Decreto 44.309/2006 em seu art. 70 as atenuantes incidirão, cumulativamente, sobre o valor-base da multa, desde que não implique redução do seu valor a menos de 50% do valor mínimo da faixa correspondente.

Por fim, o art. 51 do mesmo Decreto 44.309/2006, dispõe que os débitos resultantes de multas aplicadas em decorrência às normas de proteção ao meio

ambiente e aos recursos hídricos poderão ser parcelados em até 60 parcelas mensais.

Por fim, apenas a título de esclarecimento junta ao presente recurso a autorização ambiental de funcionamento do empreendimento e o certificado de registro junto ao IEF, que demonstram estar o empreendimento preocupado com as questões ambientais e buscando sua regularizar junto a todos os órgãos ambientais.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, pelos fatos argumentos jurídicos apresentados requer:

- a) Seja recebido o presente recurso, apreciado e ao final declarado **TOTALMENTE PROCEDENTE**, em especial para admitir a **atipicidade da conduta e consequentemente determinar o cancelamento da penalidade imposta;**
- b) Caso não seja este o entendimento, que se aplique a **advertência** como penalidade à empresa e não a pena de multa simples, por todas as circunstâncias peculiares dos fatos;
- c) Ainda subsidiariamente, a desclassificação da penalidade aplicada para a descrita no art. 86, inciso V, do Decreto 44.309/2006, com todas as suas conseqüências legais;
- d) A aplicação da Deliberação Normativa do COPAM, nº. 61, para substituir a penalidade de multa simples pela advertência;

- e) Contudo, se ainda assim for aplicada a pena de multa que seja considerada a redução do valor da multa, nos termos do Decreto 44.309/2006, em função das atenuantes apresentadas, no índice máximo de 50%, sobre o valor-base; e
- f) O parcelamento da multa nos termos do art. 51, do Decreto 44.309/2006, no máximo possível, para que a empresa possa pagá-la, sem afetar suas regulares atividades.


DO ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÃO

Tendo em vista que o empreendimento recorrente tem pretensões de mudar sua sede do atual endereço, requer seja **a notificação de resposta ao presente recurso encaminha diretamente à procuradora que esta subscreve, em seu endereço profissional, na Rua Getúlio Vargas, nº. 333-B, Bairro Centro, na cidade de Santana do Paraíso – MG, CEP 35.167-000, sob pena de nulidade.**

Termos em que,

P. Deferimento.

Santana do Paraíso, 27 de março de 2008.


Dahyana Siman Carvalho da Costa
OAB/MG 110.857